

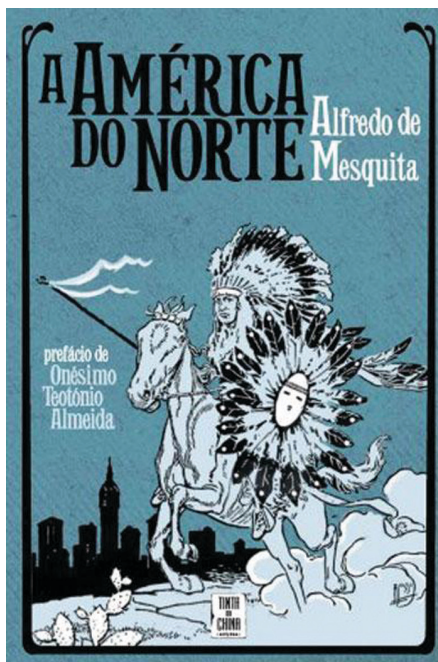
(2014) **ALFREDO MESQUITA, *A AMÉRICA DO NORTE***.

LISBOA, TINTA-DA-CHINA; FLAD.

Álvaro Borralho – Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

Do livro de Alfredo de Mesquita, cuja publicação original remonta a 1916, resulta, no dizer do cabal e desvelador do prefácio de Onésimo Teotónio de Almeida, uma “imagem rósea do paraíso que o Novo Mundo para ele constitui. E, com efeito, o autor viajante não esconde o entusiasmo provocado pela realidade com que se confronta” (Almeida *apud* Mesquita, 2014: 18). O livro abre-nos a análise para uma descrição elogiosa de tudo quanto o autor vê e o relato insere-se na postura de um herdeiro do espírito científico do século XIX, um positivista, registando-se ainda algum pendor de darwinismo social, também assinalado no prefácio, com uma evocação mais directa a Herbert Spencer (filósofo e cientista inglês do séc. XIX mas muito apreciado nos EUA e adoptado como um dos teóricos do liberalismo económico oitocentista). A confirmá-lo a inscrição organicista, tão ao jeito de Spencer, para quem o progresso é coisa do indivíduo e não da soma deles, ou seja disso a que se convenciou chamar de sociedade: “todos os progressos que a América realiza, dizem os americanos, se de-

vem não às dissertações dialécticas ou literárias, mas às descobertas positivas das ciências matemáticas, físicas ou naturais. A geometria dá-lhes o respeito absoluto e fanático da verdade. O método das ciências físicas e naturais entra na educação da criança americana com o propósito sério de lhe desenvolver as faculdades de observação e de experimentação, tão



essenciais sob o ponto de vista moral como sob o ponto de vista intelectual” (Mesquita, 2014: 64-65). O progresso é, assim, evolução e, a evolução social, não é mais do que o resultado do esforço individual partilhado, permitido pelo desenvolvimento da técnica e da ciência.

Há claramente, nesta conjugação de positivismo e de evolucionismo organicista, o enaltecimento do esforço individual, da combatividade, do desporto e da competição, do *self made man*, da disposição individual conjugada com o corpo das disposições normativas e colectivas, ou seja, a moral com a ideologia. “Sendo muito independente, o americano é muito obediente” (Mesquita, 2014: 78). Ou ainda, noutra passagem, “o dólar é unidade de todo o peso e de toda a medida do homem. (...) Na América, como em todas as outras partes do mundo, os homens não se medem aos palmos; mas pesam-se em dólares” (Mesquita, 2014: 92).

A eloquência das palavras e da descrição leva-o mesmo a dar conta do contrário do que pretende exprimir. Por exemplo, a respeito das mulheres, quer afirmar a integração e o papel das mulheres na sociedade norte-americana, querendo mostrar a independência destas e a sua autonomia face ao homem. Todavia, acaba por revelar justamente o contrário, mostrando a dependência delas face à estrutura

social: “A americana corre para o homem como os rios correm para o mar. Corre com o mesmo ímpeto, insofrido e natural. (...) Entende-se que o casamento, produtor de uma função eminentemente social, deve subsistir sempre que fisiologicamente se ajuste ao próprio fim” (Mesquita, 2014: 203). Com efeito, não existe uma situação feminina muito diferenciada e as mulheres americanas dependem da estrutura de oportunidades que o sistema de papéis sociais lhe reserva, tal como na Europa. O que é diferente é a estrutura de oportunidades, quer para homens, quer para mulheres, e é isso que provoca alguma simetria nos papéis sociais assumidos pelos dois sexos. Isto mesmo se espelha noutra questão, “muito complexa”, como é a situação dos negros na sociedade norte-americana. Não é preciso ir muito longe para perceber o seu ponto de vista. A descrição, pelas suas próprias palavras, prende-o, de novo, a uma estrutura de entendimento demasiado auto-centrada na cultura dominante do país visitado e o etnocentrismo vem ao de cima: “O contacto do preto com o branco, desde que não seja aquele em que o preto se ache como servo e o branco como senhor, evita-se (...). Onde é possível separá-los por uma rede, engaiolá-los como gorilas, isso se faz: nos compartimentos dos carros

eléctricos que lhes são reservados, por exemplo. (...) Bairros inteiros, porque lá apareceram um dia as [às] janelas de algum prédio inquilinos de cor duvidosa, despovoam-se apressadamente, e passam a ser da exclusiva habitação dos pretos. Assim eles têm realizado a conquista pacífica dos seus bairros, a que vão anexando as suas escolas, as suas igrejas, os seus clubes” (Mesquita, 2014: 396). De segregação, e da aceitação dela por parte dos segregados, nos fala, portanto, o autor, querendo afirmar que a segregação não seria um mal, mas um bem pois teria permitido aos negros, afinal, terem ocupado um espaço social.

O capítulo sobre a relação do Estado com a religião espelha a mesma admiração anterior: “A neutralidade da América consiste não em desinteressar-se da religião, bem menos ainda em combatê-la, mas em testemunhar pelas diferentes crenças uma benevolência imparcial” (Mesquita, 2014: 405). Noutra passagem, “a religião não é ensinada nas escolas, nem poderia sê-lo (...). A neutralidade é perfeitamente observada e sincera. (...) O que ao Estado importa é que a escola tenha por primeiro cuidado inspirar e cultivar no aluno o patriotismo e que a lição de civismo vá de par com a lição de moral” (Mesquita, 2014: 410). Por outras palavras, pouco importa a religião professada desde

que esta exista e ao Estado interessa--lhe sobremaneira que uma qualquer religião exista, pois ela representa em termos de força moral, quer dizer controlo social, o que o Estado dificilmente consegue realizar. Para defesa da eficácia do poder, a religião é bem-vinda. Para Carl Schmitt, académico e filósofo alemão, católico, conservador, e mais tarde admirador confesso do nazismo, a conclusão é idêntica para o catolicismo. A união entre Estado e Igreja realiza-se justamente por os dois serem Estado, isto é, poder e poder em acção.

O livro coloca-nos perante a comparação permanente com a obra *Da Democracia na América*, do político e pensador francês, aristocrata, liberal e católico Alexis de Tocqueville, surgida em 1835, depois de um ano de visita aos EUA para estudar o sistema penitencial. Aliás, Onésimo de Almeida dá o mote no prefácio, subtitulando Mesquita como um “Tocqueville português”. E o autor também revela ter tido conhecimento da obra do pensador francês.

Tocqueville é hoje considerado como um dos precursores do pensamento social moderno e, desde Raymond Aron, como um dos fundadores da Sociologia, que fez ciência sociológica sem a querer fazer, merecendo essa atenção e o prémio de ter sido um dos mais importantes pensadores políticos da modernidade e um dos

que melhor soube analisar a sociedade norte-americana. Em *Da Democracia na América*, Tocqueville distingue diversos níveis de abordagem. Em primeiro lugar, a situação acidental (histórica e geográfica) da constituição dos Estados Unidos, em especial o facto de ter sido uma sociedade criada por emigrantes perseguidos religiosamente, sem grandes distinções de riqueza; não ter havido necessidade de conduzir a guerra contra inimigos externos e de a instalação oferecer a todos, nos primeiros tempos, e sem grandes problemas, a riqueza que faltava na Europa: a propriedade.

Em segundo lugar, as leis e as características político-formais que mostram uma federação de estados, cada um com a sua lei particular e, ao mesmo tempo, o respeito por uma estrutura de poder assente numa comunidade política sujeita ao pacto e à contratação. Quer dizer, ao estabelecimento da lei como princípio da vontade e da obrigação políticas, sem prejuízo da livre circulação de pessoas e bens. Este princípio coaduna-se com uma prática política, democrática e tripartida em poder legislativo, executivo e judicial: a tripartição de poderes enunciada por outro francês (Montesquieu). A tripartição do poder é a forma que, de certo modo, ainda rege as democracias actuais e afigurava-se

a Tocqueville a única capaz de controlar o poder do Estado.

Finalmente, e em terceiro lugar, os hábitos e os costumes, ou a forma como os EUA souberam conciliar liberdade de Estado com liberdade individual. Por outras palavras, como demarcaram esfera pública de esfera privada, e, como nessa conjugação de elementos, souberam delimitar a religião para a esfera privada e o Estado se declarou não confessional. Aspecto, aliás, desconhecido para Portugal, até 1910, e para vários países europeus que, não sendo confessionais, concediam a uma religião a sua preferência. A virtude da cultura cívica seria, justamente, a capacidade de cada um poder usufruir da sua crença livremente, sem dar explicações ao colectivo e da reunião de elementos que fariam do norte-americano um cidadão empenhado na cidadania e na participação necessária à defesa dos princípios legais e políticos que a propiciam.

A questão negra, melhor dizendo, a questão Norte e Sul, e a disputa dos territórios aos povos indígenas, os índios, também colocaram problemas a Tocqueville. Mas ele pensou-os como resolúveis na escala de valores de uma sociedade democrática: por pacto e por contratação. Como sabemos não foi bem assim, a guerra civil primeiro e o acantonamento dos índios por imposição e por derrota militar

em reservas, talvez tivessem admirado Tocqueville. Mas ele morreu em 1859 e já não assistiu ao desfecho desses acontecimentos.

Há, assim, uma estrutura bem diferente no pensamento de Tocqueville e de Alfredo de Mesquita. Tocqueville censura certos aspectos da sociedade americana; por exemplo, a liberdade de imprensa, chegando a afirmar que a aceita mais pelos males que evita do que pelas virtudes que trás. Mesquita

não realiza qualquer censura e o seu poder crítico é bem diminuto e, tendo presente os dois contributos, é de supor que aquilo que os afasta é bem maior do aquilo que os aproxima.

ÁLVARO BORRALHO

*Nota: este texto é uma versão abreviada e adaptada à publicação do que foi lido na apresentação do livro na Livraria Solmar em Ponta Delgada, no dia 23 de Maio de 2014, a convite da FLAD.*